



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Licenciatura em Pedagogia

ALEXANDRA A. AZEVEDO S. SILVEIRA

VICENTE DE SOUZA: TENSÕES E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO-
EDUCACIONAL NO PÓS-PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889-1890)

RIO DE JANEIRO

2021

ALEXANDRA A. AZEVEDO S. SILVEIRA

VICENTE DE SOUZA: TENSÕES E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO-
EDUCACIONAL NO PÓS-PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889-1890)

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação como requisito parcial para a obtenção
do grau de Licenciado em Pedagogia, pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Jucinato de Sequeira Marques

RIO DE JANEIRO

2021

SILVEIRA, Alexandra A. Azevedo Silva.

Vicente de Souza: Tensões e disputas no campo político-educacional no pós-proclamação da República (1889-1890) / Alexandra A. Azevedo S. Silveira; orientador: Jucinato de Sequeira Marques. Rio de Janeiro, 2021

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

1. Distrito Federal; 2. Instrução Pública; 3. República; 4. Democracia; 5. Reformas Educacionais

ALEXANDRA A. AZEVEDO S. SILVEIRA

VICENTE DE SOUZA: TENSÕES E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO-
EDUCACIONAL NO PÓS- PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889-1890)

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação como requisito parcial para a obtenção
do grau de Licenciado em Pedagogia, pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Jucinato de Sequeira Marques (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Irma Rizzini (UFRJ)

Prof. Dr. Vinícius Monção (UFF)

AGRADECIMENTOS

À Deus pela dádiva da vida.

Ao meu maior tesouro na terra: meu esposo, maior parceiro da minha vida e meus filhos Maria e Arthur, a razão diária da minha força mediante as adversidades da vida.

Ao meu orientador, professor Jucinato, que além de contribuir com seu profundo conhecimento, propiciou uma orientação atenta, humana, dedicada e incentivadora, não me deixando esmorecer até o processo final.

Aos colegas do grupo de Pesquisa do PROEDES, em especial à professora Irma, pela acolhida, confiança e ensinamentos que contribuíram de forma significativa para minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto principal aprofundar as investigações sobre a trajetória política e educacional de Vicente de Souza professor, médico republicano, democrata e socialista no pós-abolição, sobretudo nos primeiros meses da república (1889-1890). Buscamos analisar, a partir dos artigos de Vicente de Souza no periódico “Democracia”, as tensões e disputas no campo político no contexto da recém fundada República, identificando os sujeitos em disputa pelo protagonismo no novo regime. Procuramos, ainda, identificar o entendimento de Vicente de Souza sobre República e Democracia, direitos sociais, sobretudo no que concerne à instrução pública.

Por meio das fontes analisadas, apreendemos os espaços e lugares percorridos por Vicente de Souza, no campo político e educacional durante os primeiros 12 meses da república a partir dos seus artigos publicados. Procuramos identificar e compreender as demandas (problemas, projetos, sugestões) elencadas por Vicente de Souza no campo da instrução pública no Distrito Federal.

Palavras-chave: Distrito Federal; Instrução Pública; República; Democracia; Reformas Educacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - Tensões e Disputas no campo político e da Instrução Pública (1889-1890)	10
I.1- Os periódicos: o papel da imprensa no século XIX	11
I.2- República e Democracia a partir dos seus artigos em “Democracia”	13
CAPÍTULO II - Ideal Republicano e instrução pública: embates	20
II.1- As tensões e disputas pelo ideal republicano	20
II.2- Vicente de Souza, a República e a Instrução Pública	25
II.3- A Reforma de novembro de 1890 (Reforma Benjamin Constant)	
- Breve desideratum	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem origem nos estudos desenvolvidos durante minha pesquisa de iniciação científica, (Vicente de Souza: trajetória educacional e política de um intelectual negro no pós-abolição), que integrou os estudos realizados no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES/FE/UFRJ) sobre os processos de escolarização no Rio de Janeiro.

O despertar sobre o autor, data do ano de 2016, após discussão da tese de doutorado de Pinto (2014) - "Fortes laços em linha Rotas: Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX" -, na qual a autora cita o nome de Vicente de Souza ao tratar de algumas disputas e tensões no contexto pré-abolicionista no Rio de Janeiro. Ao destacar na sua pesquisa, José do Patrocínio, menciona Vicente de Souza como um intelectual negro nascido em Nazaré da Farinhas, Bahia, médico, professor do Colégio Pedro II, também envolvido nas lutas políticas abolicionistas na Corte Imperial. Além disso, também protagonizou outras lutas trabalhistas no pós-abolição: - "Defendeu as ideias socialistas e fundou jornais como Democracia (1890-1891) e A União Federal (1890-1891) -" (PINTO 2014, P.97). Os estudos de Pinto (2014) sobre literatos negros e a referência aos mesmos como fundadores de jornais e escritores atuantes na imprensa do século XIX sinalizaram, naquele momento da nossa pesquisa, que durante esse período histórico, sobretudo o que compreende a segunda metade do século XIX, uma quantidade expressiva de sujeitos negros foram reconhecidos por suas lutas e combates nesse período histórico. No entanto, posteriormente, estes sujeitos foram descartados da narrativa hegemônica sobre o processo abolicionista, pós abolicionista e republicano na historiografia brasileira.

A publicação de artigos e a fundação de periódicos, por parte destes intelectuais negros sinalizados por Pinto, nos instigaram a privilegiar a investigação sobre a trajetória de vida de Vicente de Souza. Nesse sentido, tem o intuito de entender as suas ações, as escolhas possíveis e suas possibilidades de atuação em diferentes contextos, dentro de uma sociedade escravista e excludente como a brasileira, em suma do conjunto de suas experiências (THOMPSON,2015).

A partir dessa premissa, nossa pesquisa utiliza a fundamentação teórica baseada nas contribuições do historiador Edward Palmer Thompson (2015). Sua obra nos auxilia a entender que a compreensão de um processo histórico acontece por meio das evidências históricas, aprendendo como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições. Na perspectiva de Thompson (2015) o conceito de “experiência” está norteando a presente pesquisa. Essa, por sua vez, nos permite evidenciar o entrelaçamento de fatores sociais, econômicos, e culturais, ao mesmo tempo, nos afastando de uma análise reducionista, mecânica e determinista. Nesse sentido é importante trazer à luz da historiografia brasileira, a sua trajetória, a análise e reflexões sobre o contexto histórico, as obras produzidas e frentes de atuação deste importante personagem histórico.

O presente trabalho, portanto, tem como objeto principal, a partir dos resultados iniciais da minha pesquisa de iniciação científica, aprofundar as investigações sobre a trajetória política e educacional de Vicente de Souza no pós-abolição, sobretudo nos primeiros meses da república (1889-1890), investigando o contexto de instabilidade política do novo regime, as disputas e tensões sociais desse período no campo da instrução pública. Como objeto de estudo serão utilizados os artigos publicados por Vicente de Souza no jornal “Democracia: Órgão de orientação republicana”, que ele fundou com parceiros para externar seus ideais republicanos, inclusive no campo da instrução pública - em contraposição aos rumos colocados em prática no transcorrer do Governo Provisório.¹

Utilizar o jornal como fonte histórica pressupõe um determinado tratamento teórico e metodológico (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 258). Assim, a imprensa, neste trabalho, é constitutiva do social. Dessa forma, o jornal “Democracia: Órgão de orientação republicana” será analisado aqui não apenas pelo fato de assimilar “interesses e projetos de diferentes forças sociais”, mas sobretudo, como “espaço privilegiado da articulação desses projetos” (Idem, p. 258-259). O que se deseja é indagar sobre sua historicidade, sobre seu projeto editorial e sobre sua intencionalidade (Idem, p. 260)

¹ Cabe salientar que os estudos sobre esse autor ainda são embrionários. Assim, este trabalho visa preencher algumas lacunas sobre sua trajetória política e, principalmente, docente, no final do século XIX.

Os exemplares do periódico “Democracia: Órgão de orientação republicana” estão dispostos no arquivo digital da Biblioteca Nacional, denominado Hemeroteca Digital. Encontramos digitalizados, em tiragem diária, cerca de 309 exemplares, sendo o primeiro um exemplar do dia 03 de março de 1890 e o último, do dia 25 de maio de 1891.² Para o presente trabalho, delimitamos nosso campo de pesquisa aos artigos que tratavam da instrução pública no ano de 1890. Duas questões se fizeram presentes para essa escolha. Uma delas está centrada no debate em torno do Congresso Constituinte para a elaboração da primeira Constituição republicana de 1890 (promulgada em 24 de fevereiro de 1891) e a outra relativa a Reforma da instrução realizada por Benjamin Constant (Decreto n. 981, de 08 de novembro de 1890). Desse modo, encontramos artigos de Vicente de Souza, que norteiam essa temática nos meses de março, junho, julho e novembro de 1890.

Mediante o exposto, no primeiro capítulo, buscamos analisar, a partir dos artigos de Vicente de Souza no periódico “Democracia”, as tensões e disputas no campo político no contexto da recém fundada República, identificando os sujeitos em disputa pelo protagonismo no novo regime. Procuramos, ainda, identificar o entendimento de Vicente de Souza sobre República e Democracia, direitos sociais, sobretudo no que concerne à instrução pública.

No segundo capítulo, mais extenso, analisamos os espaços e lugares percorridos por Vicente de Souza, no campo político e educacional durante os primeiros 12 meses da república a partir dos seus artigos publicados. Procuramos identificar e compreender as demandas (problemas, projetos, sugestões) elencadas por Vicente de Souza no campo da instrução pública. Nosso objetivo, portanto, é a partir da produção intelectual de Vicente de Souza e da historiografia no campo da história da educação, abarcar suas ideias sobre o tema e afeiçoar-se, com o que estava posto na agenda dos projetos de instrução pública, na recém-criada República. Segue como filigranas de observações a Reforma Benjamin Constant, para análise posterior por não ser objeto de estudo do presente trabalho.

² No transcorrer do ano de 1890 foram consultadas 263 edições e em 1891, apenas 46 edições (abril e maio). Perfazendo-se os 309 jornais pesquisados e disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Capítulo 1 - Tensões e Disputas no campo político e da Instrução Pública (1890)

As últimas décadas do século XIX foram caracterizadas por uma intensa movimentação de ideias de viés democrático e científico, importadas principalmente da Europa, que provocaram uma série de transformações para a sociedade brasileira. A mais abrupta, no contexto da sua condução e das alterações políticas, econômicas, sociais e culturais foi a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 (CARVALHO, 2019). Durante seu processo de consolidação o novo regime propiciou um novo “arranjo” administrativo e institucional. É nesse contexto, do primeiro ano da recém república, que debruçamos o nosso olhar para tentarmos compreender os impactos da mudança de regime na vida dos brasileiros que viviam, especialmente, na capital, jogando luz, sobretudo, no teor dos projetos e nas demandas do campo da instrução pública.

Nossa investigação parte do aprofundamento dos estudos sobre a trajetória político - educacional do intelectual negro, professor, jornalista, abolicionista, republicano Vicente de Souza. Investigar o contexto de instabilidade política na recém fundada república, as disputas e tensões sociais desse período no campo da instrução pública, a partir dos artigos publicados por Vicente de Souza no jornal “A Democracia: Órgão de orientação republicana”³ durante os anos de 1890, é o nosso principal objetivo.

A superação de indivíduos negros e sua ascensão enquanto intelectuais, em uma sociedade marcada pelo processo de exclusão, evidencia o apagamento destes sujeitos no decorrer da historiografia brasileira e, ao mesmo tempo, fornece indícios sobre a importância histórica destes intelectuais no processo de atuação do movimento abolicionista, republicano e nas questões relacionadas ao lugar da educação no contexto da cidadania da população. Nesse sentido, é importante trazer à luz da historiografia brasileira a análise, as reflexões da vida, obra e frentes de atuação deste importante personagem histórico que, como podemos evidenciar através dos poucos estudos acadêmicos sobre sua vida, foi colocado à margem da produção historiográfica por muitos anos.

³ Periódico de orientação republicana fundado por Vicente de Souza, Saturnino Cardoso e Cavalcanti Albuquerque. Circulou na Capital Federal entre 1890 e início de 1891. Tinha por objetivo externar os ideais republicanos, inclusive no campo da instrução pública. A partir de agora é denominado no texto de “Democracia”.

1.1 - Os periódicos: o papel da imprensa no século XIX.

Os artigos publicados por Vicente de Souza no órgão de orientação republicana “Democracia”, serão nossa fonte de pesquisa para que possamos investigar os meses iniciais da república. É importante salientar que os periódicos estão entrelaçados com a própria história uma vez que explicam, registram, discutem e comentam as coisas do mundo. Neste sentido, eles desempenham um papel muito importante na educação diária da população brasileira difundindo valores culturais, sociais, políticos e econômicos no país.

Várias temáticas, que permeiam a sociedade de um tempo histórico, estão nos conteúdos dos jornais. Urbanismo, moda, sanitarismo, educação escolar, cosmopolitismo, progresso, república, modernidade, nacionalismo etc., são assuntos tratados nas páginas dos periódicos que penetram com suas ideias e valores o âmbito doméstico e os espaços públicos de sociabilidade. O jornal é, portanto, um difusor desses valores e sua abrangência atraiu muitos intelectuais de diferentes graus de prestígio no meio literário do século XIX e XX. Estes, segundo Campos (2012), ao se apropriarem de um espaço nas seções de formação dos jornais, reconheciam o mesmo como um instrumento de maior poder educacional do que os livros nas sociedades em que estavam inseridos, pois estes possibilitam maior democratização da cultura e da divulgação de diferentes ideias para um maior número de pessoas.

(...) Os literatos não se imaginavam mais como sábios do passado, enclausurados, contemplando a obra de Deus entre os muros dos conventos. Percebiam-se lutando e trabalhando por causas universais, que se localizariam acima dos “mesquinhos interesses” cotidianos, da política partidária. Ainda que para alguma a tribuna parlamentar fosse familiar, nem ela nem o púlpito eram os espaços de defender ideias políticas mais ousadas ou a criticar o partido no poder; a tribuna da imprensa constituía esse espaço. (ANDRADE, 2015, p. 25)

Os literatos do século XIX, dentre eles Vicente de Souza, encontram nas páginas dos periódicos um importante instrumento para a difusão dos seus ideais e contestação das políticas sociais, econômicas e educacionais do seu presente histórico. Desse modo, esse espaço evidencia as tensões e disputas que permeavam a sociedade daquele tempo em relação aos projetos de

educação e sociedade que estavam sendo colocados em curso no período pós Proclamação da República.

É importante salientar que diante da força dos ideais difundidos pela imprensa, ao trabalharmos com um jornal como fonte ou objeto não se pode tratá-lo, como também a nenhum outro documento histórico, como um espelho dos fatos. Não se pode aceitar, sem criticidade, a versão de um jornal sobre qualquer fato do cotidiano somente a partir do que está escrito nele. É preciso pesquisar e analisar a intencionalidade da produção, por quem e para quem ela é feita. Fazer a sua crítica para definir qual é o seu lugar na história, o que ele significa, porque foi produzido, quem o produziu e para servir a que interesses, é uma das premissas básicas para o trabalho com esse tipo de fonte. Como salienta Cruz & Peixoto (2007), situá-lo na sua historicidade.

1.2 - República e Democracia a partir dos seus artigos em “Democracia”. (1890)

Vicente de Souza nasceu na Bahia, em Nazaré. Foi um estudante de destaque no curso preparatório do Ginásio Baiano, em Salvador. Concluiu os estudos de humanidades no Colégio Abílio no Rio de Janeiro em 1872. Ambos os colégios, na Bahia e no Rio de Janeiro, pertenciam ao médico e professor baiano Abílio César Borges. Ele teria sido responsável pela transferência bem como pela oferta de primeiro emprego de professor a Vicente no Rio de Janeiro. A partir de 1873, aos 20 anos, Vicente começou a frequentar as cadeiras de Farmácia, até se formar Doutor em Medicina em 1879. (CORREIO DA MANHÃ, 19 de setembro de 1908)

A trajetória acadêmica de Vicente de Souza foi conciliada com o trabalho como professor. Como era desprovido de grandes recursos financeiros, teve que exercer uma dupla jornada desde os tempos do secundário até se formar em Medicina. Após sua formação em Medicina, seguiu numa jornada dupla de atuação, como professor e médico. Atuou como professor em diversos colégios particulares dentre eles Externato das Laranjeiras, Externato Gama, Externato Bittencourt, Liceu de Artes e Ofícios. (CORREIO DA MANHÃ, 19 de setembro de 1908)

Sua trajetória profissional na busca por um cargo público, foi marcada por um árduo caminho. Aprovado nas primeiras colocações para o cargo de professor na escola Naval diversas vezes, teve sua nomeação negada por conta da sua “incompatibilidade com o governo monárquico”. Seus fortes ideais republicanos, amplamente divulgados em seus artigos e manifestos de propaganda, tornavam públicos ao governo monárquico sua posição crítica ao mesmo. No sétimo concurso prestado, em função da reprovação de todos os candidatos, sendo ele o único aprovado, Vicente de Souza finalmente conquista sua cadeira de professor de Latim no Colégio Pedro II. (PINTO, 2019)

Foi durante seus primeiros anos na Corte que Vicente de Souza iniciou suas articulações políticas, literárias e acadêmicas. Vinculou-se, até a sua morte em 1908, em aproximadamente 50 associações, ora participando como fundador, outras como orador, colaborador, sócio, presidente e visitante. A variedade de interlocutores já era considerável nos anos de 1870,

quando integrou o Atheneu pedagógico, o Instituto dos Acadêmicos, o Alpha Literário, o Clube Republicano. Foi sócio honorário da Imperial Associação Tipográfica Fluminense onde proferiu a conferência, " Império e escravidão; o Parlamento e a pena de morte", promovida pela entidade em março de 1879 (SOUZA, 1879).

Pinto (2019) destaca que o discurso de 1879 revela um orador abolicionista, republicano que, recém doutor, se mantinha ao serviço do associativismo operário. Vicente de Souza, durante sua trajetória precedente a república, se valeu de múltiplos espaços para pautar as bandeiras da abolição, da república e da causa dos trabalhadores.

A implementação de um sistema de governo, que teria no cerne da questão a inserção do povo na atividade política, no maior estilo Revolução Francesa, como propunha os republicanos radicais, conhecidos como jacobinos, dentre eles Silva Jardim, não configurou o cenário da inauguração do novo regime.⁴ O episódio, em si, foi quase um passeio, articulado por uma ala dos militares aliados a Deodoro da Fonseca, por militares positivistas influenciados por Benjamin Constant e uma parcela dos republicanos.

Embora a instalação da República tenha sido realizada, no seu sentido prático, pelos militares tendo à frente Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, e sem uma participação efetiva da população, é nítido o entusiasmo de parte de setores da sociedade civil, incluindo trabalhadores de pequenos comércios, intelectuais, funcionários públicos, com a possibilidade de maior participação política e influência sobre os rumos que o novo regime teria dali em diante. Importante salientar, sobretudo, a alta expectativa de grande parte da intelectualidade nacional

⁴ Os Republicanos não formavam um grupo ideológico coeso embora compartilhassem do ideal comum de que a Monarquia era um regime atrasado e inadequado para os ideais de liberdade, modernidade e prosperidade da nação. É possível identificar três correntes republicanas atuando no final do Brasil monárquico, com destaque, sobretudo a partir dos anos 1880. A primeira é a corrente liberal que defendia uma república liberal, federalista, que consagrava a liberdade individual, porém que defende restrições à cidadania eleitoral e política. Sua base era composta pelas oligarquias organizadas em torno dos partidos republicanos regionais como o PRP, fundado em 1873 e o PRM em 1888. A segunda era a positivista composta, sobretudo, por militares do Exército mas que encontrava reduto em alguns núcleos de classe média e elite civis de alguns estados como Rio Grande do Sul. Diferentemente dos liberais, seu projeto político era a construção de uma república centralizada, com Estado forte, modernizado, que pudesse estimular a modernização econômica e tutelar importantes reformas no campo social. Tinham uma visão autoritária da política e alguns defendiam uma ditadura republicana cujas ações deveriam ser permeadas pelo conhecimento científico e técnico. Por fim, o terceiro grupo era composto pelos republicanos radicais, conhecidos como jacobinos em alusão aos ideais da corrente protagonista mais radical da Revolução Francesa. Defendiam reformas sociais que promovessem uma redistribuição da renda e incluíssem a massa da população na vida política. Mesclavam elementos de um republicanismo radical que garantisse os direitos sociais através de um estado forte e centralizado, o que os aproximava dos positivistas. Sua composição se encontrava nos setores médios (funcionários públicos, trabalhadores qualificados) das grandes cidades como Rio de Janeiro. (NAPOLITANO, Marco, 2021, p.19).

que lutava há décadas pela causa republicana através dos espaços partidários e das páginas da imprensa da época. Esse entusiasmo pode ser explicado pela adesão, por boa parte dos intelectuais, às correntes de pensamento que adentravam o Brasil no final do século XIX, com destaque para as de viés democrático e científico que, de certa forma, deram sua contribuição para a queda da monarquia tendo em vista que, tanto a geração dos republicanos do manifesto de 1870 como círculos letrados que o sucederam, tiveram esse ideário como base para a enfática oposição que realizaram ao antigo regime monárquico. Para eles, a República era apenas uma questão de tempo e com ela poderiam alcançar suas pretensões de ingresso nos quadros oficiais do governo. Dessa forma os tentáculos de sua influência seriam ampliados para além dos instrumentos do fazer político externos a máquina estatal, como os periódicos. (MONTILHA, 2015, p. 131-133)

Outro grupo social que, apesar da não participação no ato da Proclamação da República, renovou as esperanças e acreditou nas promessas do novo regime foram os operários. Há, nos meses que se seguiram ao novo regime, uma tentativa de organização desses trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. O número de associações trabalhistas e jornais voltados para essa classe aumentam. Articulações de greves são realizadas, além da tentativa de organização político partidária por parte dessa categoria (CARVALHO, 1989, p.22).

É importante salientar que o Rio de Janeiro, no contexto da fundação da República, era a maior cidade, a capital econômica, política e cultural do país. Nesse sentido, os impactos do novo regime foram sentidos em maior grau na capital da República. Todas as expectativas de mudança política além das disputas internas no processo de protagonismo da República foram sentidas com maior impacto pela população do Distrito Federal. Desse modo, os primeiros anos da República, seja pela expectativa que o novo regime despertou, seja por razões de natureza política ou pelas lutas e disputas internas entre os que fizeram a proclamação, foram de repetidas agitações na capital federal. (IDEM, p. 15-20)

É nesse contexto histórico, desenhado em linhas gerais acima, que Vicente de Souza funda seu periódico de orientação republicana, “Democracia” em março de 1890. Trata-se de mais um movimento de um homem que desafiou atuações exclusivistas durante sua trajetória de vida marcada pelo trânsito entre espaços conflitantes e pela não abstenção de posicionamentos enfáticos sempre que entendeu necessário.

É a partir desses elementos centrais que iremos analisar e compreender sua visão de República, Democracia, a partir dos seus artigos no “Democracia.” (1890). Assim, na manhã de 4 de março de 1890, a segunda edição do periódico fundado por Vicente de Souza em parceria com Saturnino Cardoso e Cavalcanti Albuquerque, republicanos históricos, traz o editorial “Na Luta”. Nesse momento fica explicitado suas concepções de república, democracia e liberdade. Além disso, externa, de forma clara e objetiva, suas intencionalidades ao fundar o periódico, cerca de 4 meses após o advento da República.

Através das considerações feitas por Vicente de Souza nesse artigo de fundo, iremos apontar os caminhos que a recém República estaria trilhando na perspectiva desse importante republicano imerso num ambiente de transformações políticas, econômicas e sociais, como já apontamos anteriormente. Quais seriam as principais preocupações desse ferrenho republicano nos primeiros momentos da República? Quais disputas e tensões eram percebidas por ele e quais lhes eram mais cara a atenção?

Nas linhas escritas por Vicente de Souza é possível apreender sua ligação histórica com o movimento republicano, sobretudo no destaque a importância do Partido Republicano no que ele chama de processo árduo, lento, gradual, de pavimentação da estrada para o advento da República, da verdadeira liberdade e democracia para o povo brasileiro.

(...) Fazendo o retrospecto do soffrimento do velho partido republicano, exilado na propria patria; balanceando a sua coragem inquebrantável, rememorando a convicção serena, calma, liberal, patriótica, humanitaria, salvadora daquelles que haviam durante longos annos sacrificado; supportando apodos, ouvindo injurias, soffrendo violencias, tranquillos e resignados como quem tem verdadeira fé e crença, julgámos que era chegado o momento de ouvi-los e attendel-os na indicação dos mais elevados interesses nacionaes; na rota que devesse percorrer o navio que lavasse comsigo as reliquias sagradas do exercito e da marinha nacional, que forças operantes e irresistiveis, acabavam de consummar o maior e mais assombroso feito da historia brazileira.

(DEMOCRACIA, 04 de março de 1890, p.1)

Podemos perceber através do trecho acima, que Vicente de Souza compreende como agentes de grande importância no processo que culminou no advento da República, a atuação persistente, convicta, patriótica dos republicanos, que mesmo sendo perseguidos, achincalhados em sua própria pátria ao longo das décadas que se sucederam a fundação do Partido Republicano na década de 1870, seguiram convictos em seus ideais, atentos e serenos ao momento oportuno que favorecesse a instauração da República, daquele que seria o verdadeiro governo patriótico, focado na liberdade e prosperidade do seu povo.

(...) Não somos órgão de opposição no sentido comum da palavra; não pensamos em destruir cousa alguma (...) não vimos perturbar a vida do governo (...) Pretendemos orientar, queremos esforçar-nos, quanto possa o desejo humano, para desvendar aos olhos dos grandes patriotas, que ha pouco tudo sacrificaram em beneficio dos interesses da sociedade brasileira, o caminho que lhes preparam, as insidias que lhes dispõem, as emboscadas que lhes formam os homens convictos do aulicismo; os mais ardentes pregoeiros de imperialismo ferrenho; os adversarios intransigentes, em todos os tempos da idéa republicana - ainda quando seus propugnadores fallavam dela, como a conquista do futuro, como a victoria possível e remota da liberdade contra a opressão.

(...) Não é a luta de odios para a eliminação dos adversários dignos desse nome; não é a sistemática exclusão de brasileiros aptos, capazes para o trabalho assiduo, arduo, constante em prol da causa publica que nos impelle e nos anima. (...) Não é tampouco o receio pueril de conspirações de monarchistas deportados (...). É sim o temor fundado de ver os incapazes de defender uma crença, os indifferentes ao interesse da comunhão, os especuladores das posições altas e rendosas, os ambiciosos vulgarissimos, os adherentes de todos os feitios, de todas as estaturas, de todas as formas, os co-réos da obra nefanda do imperio, os collaboradores da corrupção e da degradação do espirito brasileiro, assumirem como estão fazendo, influencia dos altos postos, se utilizarem delles para continuar na Republica, sob a luz da liberdade que elles evitavam, tudo quanto o imperio lhes permittio e nelles condensou.

(DEMOCRACIA, 04 de março de 1890, p.1)

Vicente de Souza explica no editorial que “Democracia” é um órgão de oposição ao presente governo, mas não uma oposição no sentido comum da palavra. O objetivo é orientar, alertar, sobretudo aos verdadeiros republicanos que tudo sacrificaram, das possíveis armadilhas e traições que poderiam emergir em razão das alianças que estavam sendo formadas durante o governo provisório que poderiam prejudicar a implantação da verdadeira República. Há uma sinalização a respeito do perigo da participação de “republicanos de ocasião”, que outrora ocuparam, apoiaram e se beneficiaram do regime monárquico até o último dia da sua vigência. O regime monárquico é visto pelos republicanos, como se evidencia na escrita de Vicente, como um regime de privilégios, atraso, corrupção sistêmica, centralização, concentração de poderes nas mãos do Imperador (Poder Moderador) beirando a tirania. Em suma, entendiam que o regime monárquico era incompatível com a liberdade e a democracia. Desse modo, Vicente de Souza faz um alerta para o perigo da manutenção de políticos e figuras outrora monarquistas, na composição do novo regime. Na sua visão era necessário recompor toda estrutura política do governo alçando aos altos postos e cargos brasileiros verdadeiramente comprometidos com os ideais republicanos, do contrário, fica subentendido, que os mesmos problemas e vícios da monarquia, que tanto prejudicaram o país, poderiam perpetuar no novo regime caso ele fosse composto pelos “republicanos de ocasião”.

A visão de Vicente de Souza sobre República, Democracia e Liberdade, quase que como sinônimos, pode ser percebida nos republicanos históricos. Já no Manifesto de 1870, os republicanos sinalizam que o regime monárquico era incompatível com a soberania nacional uma vez que a tradução desta seria aquela cuja população pudesse participar efetivamente, através da manifestação da sua vontade. Os republicanos eram críticos do regime monárquico por entenderem que ele roubava os direitos do Povo no que se refere às decisões políticas e econômicas do país. Neste sentido, defendiam a descentralização do poder, com maior autonomia política e econômica das províncias e o caminho para o que eles entendiam como verdadeira “liberdade para o povo” seria a instauração de uma República. (BONAVIDES, 2002, p.480-496).

Mello (2009) sinaliza que o contexto do final do Império pode ser compreendido pelo ideal de Modernidade, que inclusive poderia ser entendido como sinônimo de República: “Nas décadas finais do Império, o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando ideais de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado”.

A Monarquia era colocada como sinônimo de atraso, centralização, tirania, enquanto a República era vista como um regime da liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, progresso, federalismo. Esse era o ideal que estava latente entre os principais agentes protagonistas do advento da República e que podemos apreender nas colocações de Vicente de Souza no editorial do dia 04 de março de 1890.

No mesmo editorial também podemos perceber sinais da instabilidade política do recém governo. Nos primeiros meses do governo provisório havia uma grande preocupação com a consolidação da ordem republicana. O temor de conspirações monarquistas para tentativa de volta ao poder rondava os republicanos. Vicente refere-se a essa questão quando menciona “(...) não é tampouco o receio pueril de conspirações de monarchistas deportados (...). Apesar de não aprofundar a questão no seu editorial, que tem como enfoque a denúncia de republicanos de ocasião ocupando altos cargos no governo provisório, a sinalização de Vicente corrobora as interpretações que pontuam o temor de uma quebra da unidade nacional através de articulações para a volta da monarquia, como mais um elemento no caldeirão de instabilidade política nos primeiros meses pós-proclamação.

Como podemos perceber, Vicente de Souza era um homem de posições enfáticas que não se eximia de se posicionar com a firmeza necessária, que a conjuntura exigia. Vicente de Souza dizia que carregava consigo a franqueza dos verdadeiros patriotas, daqueles que defendem mais que tudo as boas convicções e de quem se expõe responsável pela conquista da verdadeira república pelos republicanos.

Capítulo 2: Ideal Republicano e instrução pública: embates

2.1 - As tensões e disputas pelo ideal republicano

No presente capítulo, aprofundamos nossa investigação sobre a trajetória político-educacional de Vicente de Souza no decorrer do primeiro ano da República. A partir de alguns artigos publicados por Vicente, no periódico “Democracia”, nos meses de março, junho, julho e novembro de 1890, debruçamos nosso olhar para as tensões políticas desse período no campo da instrução pública. Nosso objetivo, portanto, é a partir da produção intelectual de Vicente de Souza e da historiografia no campo da história da educação, compreender suas ideias sobre o tema e identificar os espaços percorridos, assim como os sujeitos e projetos políticos para o campo da instrução durante esse período.

Alonso (2009), destaca a produção intelectual como um importante elemento de enfrentamento político e simbólico entre as forças político-sociais que disputam protagonismo no contexto do estabelecimento da República. Salienta que a dicotomia decadência-progresso, perdurou durante os primeiros anos da república, sobretudo no transcorrer da década de 1890, na produção intelectual. Essa dicotomia caracteriza-se, de um lado, pela disputa de narrativa que atribui ao regime imperial deposto uma áurea de civilização, uma tentativa de um resgate da tradição imperial por parte dos monarquistas, e, de outro, a que atribuía ao império brasileiro o sinônimo de decadência, atraso, atribuindo à república a edificação de uma nova tradição que levaria o país à modernização e ao progresso. É, portanto, criada versões da história nacional, sendo uma delas legitimando a nova forma de governo e, conseqüentemente, de organização social, e outra defendendo o regime e a ordem social decaída. (ALONSO, 2009, p.16)

Essa perspectiva da república como sinônimo do progresso econômico, político e social, como uma nova ordem que irá retirar o Brasil do atraso, da miséria, das engrenagens da corrupção imperial, pode ser percebida em diferentes artigos publicado por Vicente de Souza na Democracia:

Recebemos da monarchia o mais desgraçado despojo de instrucção e de educação. (...) Durante o período ominoso chegamos ao deplorável estado que o morador autorizado ahi deixou esboçado”.

Aos que se bateram denodados, impertérritos em defesa das suas crenças , das suas convicções; a quantos concorreram, heróes, para iniciar a assombrosa obra de regeneração brasileira, assimilando a esta bella parte da patria americana a forma de governo única, ao mesmo tempo, compatível com a dignidade do homem e o pleno bem estar da familia humana; a quantos nas consciências impollutas acenderam a scintilla que, de uma irradiação, aclarou o espírito público, duas vezes aviltado pela escravidão da raça negra, pela servidão dos livres constitucionaes, a quantos nos resgataram da longa noite tediosa da escravidão, da fraude, da peita, do suburno, da venalidade(....).

(DEMOCRACIA, 03 de março de 1890, p.2)

Os trechos do artigo de Vicente de Souza, evidenciam a escrita de um intelectual do seu tempo fortemente comprometido com os ideais republicanos, convicto de que somente uma nova ordem política, social, tiraria o Brasil do atraso político, econômico e social deixado pelo antigo regime monárquico. Vicente atribuía ao império, a escravidão, todo seu legado de corrupção, atraso social, sobretudo no que diz respeito a instrução pública. Vicente entendia a instrução pública, a educação do povo como um dos instrumentos principais para a construção de uma nova sociedade, livre, desenvolvida e próspera:

Em todo Estado livre e progressista, não há de nagal-o da direcção mental do povo e que constitui o maior empenho dos governos a máxima aspiração da organização social.

(...) Por maioria de razão nos estados republicanos, a instrução pública deve ser o primeiro escopo a attingir, o primeiro campo a preparar, o primeiro cuidado a consagrar , o primeiro dever a cumprir

(DEMOCRACIA, 03 de março de 1890, p.2)

Alonso (2019) sinaliza que a nova sociedade vislumbrada pelos republicanos tinha o desafio de prover regras e instituições ao mesmo tempo que buscava criar uma legitimação junto a uma sociedade até então imersa num estilo de vida imperial. Desse modo, proveu-se a propagação de um nacionalismo através da educação para a formação de cidadãos republicanos. Essa formação também teria como objetivo a deslegitimação simbólica do período imperial, sobretudo do segundo reinado. A difusão desses ideais, pontuados por Alonso, pode ser apreendido nas palavras de Vicente de Souza destacadas acima. Ele enfatiza que a instrução

pública deve ser a principal preocupação do novo governo. É sobre ela que todos os esforços devem ser concentrados para que assim a sociedade brasileira possa alcançar a máxima, a mais eficiente organização social.

Outro aspecto, de certa forma relacionado à questão da instrução pública, e que era uma reclamação coletiva dos republicanos, é a permanência de tradições da sociedade imperial no início da república, sobretudo no campo da instrução pública e da laicidade. A laicidade do Estado era grande bandeira dos republicanos históricos e foi institucionalizada pela república⁵. Porém, segundo Alonso, sofreu a resistência aberta da Igreja Católica através de desobediências sutis. “Segundo, a hierarquia estamental mantivera-se, expressa no uso ainda corrente de títulos, condecorações e honrarias nobiliárquicas.” (ALONSO, 2009, p.136).

Segundo Gomes (2007, p.73), a Igreja Católica, para a proteção dos seus interesses, adotou uma estratégia conciliadora de enfrentamento ao novo regime republicano. Ela buscou a defesa das questões que lhe eram caras e poderiam ser atingidas em alguma das reformas políticas características do período, trabalhando nos bastidores do poder. Essa penetração da Igreja católica no poder republicano na defesa dos seus interesses pode ser percebida em artigos de Vicente de Souza que denunciavam essa influência sutil e poderosa da Igreja, sobretudo no campo da instrução:

Nenhum obstaculo, maior e mais perigoso poderá encontrar o benemerito cidadão ministro da instrução pública ao seu plano da direção mental da nossa pátria do que a resistencia que lhe ha de opôr o espirito retrogado do clericalismo, inimigo mais afeito aos combates astuciosos do que ao ataque em aberto campo, em que se cruzam nobremente as armas.

E dentre os meios de acção de que dispoem os co-sectarios do christianismo romano, não é o menos importante o ensino organizado nos collegios das irmãs de caridade.

(DEMOCRACIA, 07 de junho de 1890. p. 1)

O trecho do artigo publicado no dia 07 de junho de 1890, sinaliza alguns desafios que precisavam ser encarados no campo da instrução pública. O primeiro deles, destacado acima, é o enfrentamento ao poder da Igreja dentro do campo educacional. Essa influência no campo

⁵ Decreto n.119 A, de 07 de janeiro de 1890, proibia a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências.

da instrução se dava através de todo um aparato organizacional de escolas administradas pela Igreja. Vicente denuncia a influência da Igreja no poder republicano por meio de supostos privilégios, aos colégios católicos, no ato da inspeção pública:

Emquanto dos professores publicos e particulares o governo exige *provas provadas* de capacidade profissional; enquanto para os pequenos ou grandes collegios particulares a inspecção official se faz sentir, a é na *dispensa* de provas de capacidade (pratica que de longo tempo condemnamos); enquanto a inspectoria de hygiene, o conselho superior de instrução , o inspector geral e seus delegados exercem , por lei e regulamentos, funcções fiscaes sobre as casas collegiaes, os *retiros* das santas mulheres , das irmãs de Sião ou das filhas de Vicente de Paulo parecem gosar de privilégio que impede a visita, a fiscalisação dos competentes!

(DEMOCRACIA, 07 de junho de 1890. p. 1)

O trecho acima traz luz sobre uma eventual ação da Igreja católica e seus aliados no interior do poder republicano. Vicente denunciava fortemente a não fiscalização dos colégios católicos, conhecidos como “colégios das irmãs”. Ele argumentava que enquanto os colégios privados⁶ sofriam fiscalizações, os católicos pareciam gozar de alguma benesse protetora vinda do novo regime. Tal privilégio na concepção de Vicente era algo inadmissível. Para ele uma sociedade republicana se faz com liberdade, com o fim de todos os privilégios, quaisquer sejam, que tenham sido conferidos pelo regime imperial. Na concepção dele, portanto, república e instrução escolar estavam associadas à crença no progresso e numa sociedade onde os privilégios de classe seriam abolidos. (DEMOCRACIA, 03 de março de 1890, p.1)

Ainda no que diz respeito à educação católica, Vicente de Souza, faz veemente denúncia a respeito da qualidade do ensino ofertado nos "colégios das irmãs", pontuando o não preparo técnico, a não formação na área educacional das irmãs que preparavam as futuras professoras, estudantes das suas escolas. Ele entendia essa não comprovação do preparo técnico facultado às irmãs professoras do colégio, como mais um privilégio oriundo das heranças malélicas do Império, além de ser um elemento comprometedor da qualidade da formação das professoras

⁶ Segundo Gomes (2002, p387) na última década do século XIX, a escolarização doméstica ainda era responsável pelo atendimento de uma quantidade significativa de crianças/adolescentes, ultrapassando mesmo a rede de escolas públicas. Essa rede doméstica tinha variações, podendo incluir professores que eram pagos por um chefe de família para ensinar em sua casa não só a seus filhos, como também aos filhos dos parentes e dos vizinhos.

que estavam sendo disponibilizadas à sociedade para o ensino primário. (DEMOCRACIA, 07 de junho de 1890, p.1)

Vicente de Souza segue, em seus artigos, combativo em relação a influência da Igreja Católica, seja no campo educacional, como também no campo político formal, através da ocupação de cargos por seus aliados e as aspirações à ocupação de cargos no eletivo:

E agora que o partido catholico se não contenta já com o campo do jornalismo, com o pulpito e com o segredo impenetravel da confissão; mas ostentosamente, e, mentindo as doutrinas do fundo da sua seita, intenta armar suas tendas nos agitados campos da política, por onde tenciona chegar as ameias do poder temporal, nós, que de atalaia estaremos aos menores movimentos desse inimigo de todas as liberdades, não deixaremos de clamar ao benemerito ministro da instrucção publica que veja nos collegios das irmãs, como se ellas apellidam, um dos reductos do inimigo da consciência livre e de redempção do espirito nacional.

(DEMOCRACIA, 07 de junho de 1890. p. 1)

Para Vicente de Souza, a Igreja Católica simbolizava um dos aparelhos centrais que compuseram o regime monárquico. Sua influência, bem-sucedida na república e na educação republicana, neste sentido, simboliza a permanência de estruturas sociais do império derrotado, o mesmo que mergulhou o país na ignorância, no atraso político, econômico e educacional. O mesmo que deixou como legado, uma capital federal repleta de analfabetos ou de cidadãos imperfeitamente instruídos.

2.2 - Vicente de Souza, a República e a Instrução Pública

O temor que Vicente de Souza manifestava em seus artigos em 1890, a respeito da permanência de estruturas e privilégios no campo da educação oriundos do regime imperial, parece, segundo a produção do campo da história da educação, ter permeado os primeiros conturbados anos de formação republicana. Cabe salientar que a escola, segundo Gomes, se transformou, numa instituição educacional fundamental para a sociedade brasileira há apenas cerca de 100 anos, com o advento da República. É uma instituição projetada pela república como referência de novos tempos, para formação de uma sociedade baseada na civilização e no progresso.

Gomes (2002), a respeito da instrução pública no período republicano, sobretudo nos primeiros anos, salienta que as escolas de iniciativa privada, funcionavam em espaços improvisados e eram fundadas por iniciativa de famílias ou professores, desde que atendessem as condições sanitárias exigidas para funcionamento, conviveram com escolas mantidas pelo poder público. Nessas escolas, os salários dos professores eram pagos pelo poder público e sua estrutura física, em sua maioria, não se diferenciava do caráter improvisado das escolas privadas, de iniciativa particular. Tais espaços improvisados poderiam ser, por exemplo, a casa do professor, cujo aluguel o Estado poderia contribuir. A exceção, no que diz respeito a improvisação do espaço, estava nas escolas confessionais que possuíam um local específico para a educação e, geralmente, funcionavam como externato, tanto para meninas como para meninos. Gomes destaca que “Todos esses tipos de escolarização conviveram, lado a lado durante muitas décadas, vindos do Império e permanecendo na República, que só lentamente foi tornando o que conhecemos como a "escola moderna" uma instituição.” (GOMES, 2002, p.387)

A autora também acrescenta que a concepção de escola republicana passava pela crescente importância da escola primária. Nesse sentido, era preciso estimular as famílias, os professores, a sociedade como um todo, para uma nova concepção de educação, onde famílias e comunidades não deveriam mais ofertar instrução elementar. Familiares ou professores que ensinavam em espaços improvisados, como apontamos anteriormente, deviam compreender que esses locais não se adequam mais a concepção de ensino de qualidade. Gomes destaca que

as famílias precisavam começar a reconhecer que não estavam qualificadas para se encarregar diretamente da educação de seus filhos. Ou seja, os pais tinham que ser educados para enviar os filhos à escola,

abdicando do que estavam acostumados a fazer legitimamente e sem qualquer interferência dos poderes públicos. (GOMES, 2002, p. 391)

A afirmação da escola, como instituição social que aspirava a república, demandava que o ensino fosse administrado em espaços especialmente projetados para a educação, materializando arquitetonicamente a ideia de educar, além da necessidade da qualificação especial dos profissionais de educação em espaços específicos para a formação e aperfeiçoamento dos professores (GOMES, 2002, p.391). Essa concepção de escola republicana apontada por Gomes, já ficou evidenciada em algumas falas de Vicente de Souza externadas anteriormente no presente capítulo. No entanto, iremos trazer a seguir um trecho de um curto artigo publicado por Vicente onde a sua concepção da necessidade de espaços construídos e pensados para a aprendizagem, permeiam seu ideal de escola republicana:

(...) o Sr ministro da intrucção publica não parece disposto a entregar aquelle templo de sciencias ao progresso commercial.

E por que?

Não nos parece próprio o local para uma academia; melhor o achamos para o uma grande casa commercial.

O local é máo; a maior parte das aulas funcionam na ala que abre janellas para a rua Luiz de Camoes, onde é continuo o movimento de carros, bondes e carroças; muitas vezes os professores são obrigados a suspender as preleções, impedidas pelos ruidos das carroças ou pela gritaria do povo.

Depois a escola está na vizinhanca dos cafés, dos bilhares, dos concertos de distração da população fluminense.

Dahi prejuizo para a frequencia das aulas, impossibilidade de estudos para os quaes a aatencção deve ser accurada.

Um estabelecimento commercial, ali, seria melhor, O Largo de S. Franscisco é, pode-se dizer, o centro da cidade, um ponto commercial.

O antigo edificio da Escola Central, já não serve para os melhoramentos que tenta realizar a Escola Polytechnica.

É acanhado. Dia a dia está em obras, fazem-se laboratórios, reformam-se aulas, diminuem a parte destinada aos especimes botanicos.

E dia virá em que ao governo será reclamado outro edificio.

Para fazer tarde, seja feito já.

(DEMOCRACIA, 25 de julho de 1890, p. 1)

No trecho do artigo destacado acima, encontramos vestígios da concepção de escola republicana. Vicente de Souza faz duras críticas às condições físicas do prédio em que, naquele contexto, estava localizada a escola Polythecnica. Há evidências do desgaste físico e pouco espaço no prédio que, constantemente, passa por reformas para tentar adequar-se às demandas escolares nesse espaço improvisado. Vicente também pontua o prejuízo da localização da escola aos estudos. Pensar o entorno do bairro onde a escola será implantada, portanto, é um elemento fundamental na concepção de escola republicana. Ela deve localizar-se em um local onde não haja ruídos e movimentos do dia a dia que prejudiquem a frequência às aulas e a concentração para a efetiva aprendizagem. Nessa perspectiva, Vicente de Souza faz um apelo para que o inspetor geral responsável pela instrução aceite a proposta de venda feita por uma empresa comercial. No entendimento dele, o dinheiro poderia ser usado para a construção de espaços especialmente pensados para a formação educacional da sociedade republicana.

O inspetor geral responsável pela instrução primária e secundária no Distrito Federal, o qual fazemos referência acima, é o Sr. Ramiz Galvão - importante personagem político no campo da educação na recém-república - que, por diversas vezes, fora objeto de severas críticas por parte de Vicente de Souza nos seus artigos publicados no “Democracia” no ano de 1890. Tais críticas tinham como eixo principal, o fato de que, para Vicente de Souza, Ramiz Galvão era, de certa forma, um símbolo do governo deposto, um servo fiel que havia prestado seus serviços como preceptor dos príncipes, netos do imperador, até o último dia da monarquia derrotada.

Mas, antes de compreendermos melhor a natureza dessa indisposição de Vicente de Souza com Ramiz Galvão tendo como base trechos de seus artigos publicados no “Democracia”, iremos apresentar, de forma sucinta, sua trajetória educacional e profissional até o momento em que Ramiz se tornou Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária em 1890.

Nascido no Rio Grande do Sul em 1846, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, foi criado em uma família humilde. Conseguiu alçar uma vaga no colégio Pedro II através da sua avó que pleiteou junto ao Imperador Pedro II, uma vaga para seu neto (MARQUES, 2015, p.77). Ramiz concluiu os estudos no Pedro II em 1861, com distinção em todas as disciplinas, formando-se bacharel em letras. Em razão da idade inferior a necessária por lei para o ingresso na faculdade, não iniciou o ensino superior imediatamente, ingressando somente em 1863 na Faculdade de Medicina.

Ramiz Galvão, segundo Marques (2015, p.76), logo no primeiro ano de faculdade, proferiu seu primeiro discurso durante a inauguração do Instituto de Bacharéis em Letras e aos 19 anos escreveu seu primeiro livro, O púlpito no Brasil, que revelaria sua forte erudição para a pouca idade.

Após sua formação na Faculdade de Medicina, inicia sua vida profissional na medicina, servindo em hospitais como médico sanitarista durante a epidemia de febre amarela. Concomitantemente, inicia sua atividade como professor substituindo interinamente seus antigos professores do Colégio Pedro II, ocupando diversas cadeiras como poética, grego, retórica e literatura nacional. Posteriormente, por volta de 1870, assumiu a função de bibliotecário na Biblioteca Nacional, onde foi responsável pela escrita da biografia de Frei Camillo de Monserrate, trabalho que lhe rendeu a organização do catálogo do Gabinete Português de Leitura. (MARQUES, 2015, p. 79)

Em 1871, Ramiz assumiu função como lente opositor da Seção de Ciências Assessórias da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No mesmo período, assume a cadeira de Química orgânica como professor substituto e como catedrático de Zoologia e Botânica na mesma faculdade. O exercício do magistério foi concomitante às suas atividades exercidas na Biblioteca Nacional até o ano de 1883 quando recebeu o convite da família imperial para trabalhar como preceptor dos netos do imperador. Para exercer essa função, teve que abdicar de todas as atividades profissionais que exercia até aquele momento. Ramiz foi preceptor dos príncipes até o último dia da monarquia e, em decorrência do seu notável trabalho, recebeu da princesa Isabel, em 1888, o título de Barão. (MARQUES, 2015, p. 79)

Segundo Marques (p.102), após a Proclamação da República, Ramiz Galvão relata que sua situação financeira era muito precária. A família real foi expulsa do Brasil e, por consequência, ele havia ficado desempregado. Segundo ele, Benjamin Constant, então ministro da Guerra do governo provisório, soube da sua situação e o indicou para ocupar o cargo de inspetor geral da instrução primária e secundária da capital federal, o qual foi nomeado no dia 24 de fevereiro de 1890.

A nomeação de Ramiz Galvão para o cargo de Inspetor geral da instrução primária e secundária da capital federal da República brasileira, gerou evidente descontentamento em Vicente de Souza que atribuíra ao império, a escravidão, todo seu legado de corrupção, um profundo atraso

social, sobretudo no que diz respeito a instrução pública. Para ele, a educação do povo era um dos instrumentos principais para a construção de uma nova sociedade, livre, desenvolvida e próspera. Nesse sentido, como um homem que se ocupou de educar os futuros imperadores até o último dia do império, poderia ter moral e competência para ocupar-se da educação do povo brasileiro, da construção da nova sociedade republicana? Esse, segundo os escritos de Vicente de Souza no “Democracia”, parece ser a questão central que envolvia as críticas veementes, muitas feitas com certo sarcasmo, a Ramiz Galvão, como veremos a seguir.

No transcorrer do presente trabalho, mencionamos que os primeiros meses da república foram caracterizados por muita instabilidade política, sobretudo entre as forças que fizeram que tornaram possível o feito da república. Se para derrubar a monarquia os diferentes interesses entre republicanos históricos, oligarquia do oeste paulista e militares foram deixados, de certa forma de lado, nos primeiros meses pós proclamação, as diferenças ideológicas, às concepções de como deveria ser essa república, se tornam evidentes nesse contexto de disputas e tensões. Vicente, como um republicano histórico, estava inserido dentro desse processo debate de como a república deveria ser conduzida. Como já mencionamos, a educação, na perspectiva de república defendida por Vicente, era elemento central na formação de uma nova mentalidade na sociedade republicana. Assim, um mês após a proclamação, várias comissões voltadas para a reforma da educação foram criadas. Tais comissões reuniram profissionais da educação, intelectuais, cujo objetivo era a discussão e a apresentação de um plano de reforma da instrução pública abrangendo os segmentos secundário e superior. Segundo Marques (2015, p.111), foram organizadas 5 comissões, sendo elas: da reforma da Escola Politécnica, da reforma da Faculdade de Medicina, da reforma da Academia de Belas Artes, da reforma do Instituto Nacional de Instrução Secundária e a da reforma da instrução primária e secundária, no qual Vicente de Souza era um dos membros juntamente com João Kopke e Julio Ribeiro. Essas comissões promoveram amplo debates sobre os rumos que deveriam tomar a instrução pública e os resultados de uma das comissões, a de Vicente de Souza, foram entregues à Secretaria do Interior em janeiro de 1890. (MARQUES, 2015, p. 111)

A Comissão da instrução primária propõe ampla reforma da organização do ensino incluindo alterações nas matrizes curriculares. Sugere o estabelecimento de escolas de 3º grau que contemplaria as faixas etárias dos 7 aos 18 anos com atendimento misto. A comissão ainda tratou sobre as regras para a construção de edifícios escolares, regulamentação da fiscalização e administração dessas escolas, assim como garantir o caráter laico e gratuito do ensino, além

de sugerir a criação de um fundo escolar para o financiamento do ensino. Segundo Marques, esse projeto o qual Vicente de Souza fez parte juntamente com João Kopke e Julio Ribeiro,

“é um dos primeiros projetos republicanos de instrução pública elaborados nos meses que se seguiram aos acontecimentos de 15 de novembro. Apesar de inexistir menção a isso, é possível afirmar que Ramiz Galvão teve acesso ao seu teor. Inclusive na reunião do Conselho da Instrução também sinaliza para a necessidade de criação de um —fundo escolarl e —a construção de edifícios apropriados. (MARQUES, 2015, p. 112)

O primeiro exemplar do “Democracia”, data do dia 03 de março de 1890, cerca de 2 meses após a entrega dos resultados da comissão de Vicente de Souza ao governo. Como ele mesmo descrevia no seu primeiro editorial, o “Democracia”, suas páginas são instrumentos de propagação dos verdadeiros ideais republicanos, de liberdade e democracia. E, nessa perspectiva de compromisso com a causa da verdadeira república, que Vicente de Souza imprime em seus artigos sua percepção dos caminhos que a república vem traçando, sobretudo no que diz respeito à instrução pública. O inconformismo com a nomeação de monarquistas históricos em cargos chaves da república fica evidenciado quando Vicente aponta:

O actual inspector geral da instrucção primaria e secundaria da capital federal que trouxe do seu alto encargo de aio de principes tudo que pode ser útil a instrucção dos filhos do povo, dos nascidos das camadas inferiores, se, ascedência divina, ainda ante-homtem teve palavras que não podem ser esquecidas, phares que serão rememoradas, doutrinas que vão ser acolhidas e que registramos em nossas columnas com a mais tremenda acusação à vida e matança do imperio deposto extincto e odiado.

(...) Elle, o zeloso orgão actual da instrucção do povo, naturalmente via, enquanto preparava com o deposto chefe do estado, emquanto preprava a sólida, variada, e utilissima instrucção do futuro imperador do Brasil, abaixo do preparo mental, o descrescimento constante da instrucção primaria, em uma palavra, a negação da vida, do progresso, do futuro, da patria pela instrucção...mas nem lhe competia intervir para melhorar esse estado, nem tempo havia para cuidar da utilidade da causa publica, confiado a mão tão pouco largas, de mentes tão obscurecidas que chegaram em pleno seculo XIX,

o dominio aureo-lucido do mais sabio dos reis.... como os thuriferarios do monarcha desposto e banido... o cognominaram no rebaixamento do character e à negação da instrucção. (DEMOCRACIA, 03 março de 1890, p.2)

Percebe-se, no trecho do artigo acima publicado por Vicente de Souza no dia 03 de março de 1890, o tom irônico que ele utiliza para referir-se à competência de Ramiz Galvão para estar à frente da instrução primária e secundária da capital federal. Sabemos da competente trajetória de Ramiz durante sua formação acadêmica e vida profissional. No entanto, para Vicente, o fato dele ter sido preceptor dos príncipes e histórico apoiador da monarquia, o incapacita moralmente e, de certa forma, tecnicamente para cuidar da educação do povo, daqueles que estavam na base da pirâmide social, dos que não possuíam ascendência divina, dos que eram nascidos nas camadas inferiores. Nesse sentido, Vicente colocava em xeque a competência de um homem que viveu no contexto da realeza imperial, voltado para sua educação. Que competência teria um homem prestando-se à elite monárquica para compreender as necessidades da população pobre, do povo? Do ponto de vista ideológico, ele verdadeiramente entendia e compactuava com os ideais de democracia e liberdade da educação da sociedade republicana? Nessa perspectiva, ele seria o homem certo para fazer essa condução?

Vicente segue, nas linhas do seu artigo colocando em xeque a competência técnica e moral de Ramiz Galvão? Um homem que cuidou da Educação daqueles que eram superiores, de ascendência divina, teria competência para cuidar da Educação dos vistos como inferiores pelo Império escravista? Cabe salientar que estamos falando da educação de uma população recém-saída da escravidão e de uma educação, que durante o império, contemplou uma parte pequena da população, tendo em vista que grande parte era cativa ou descendente de cativos e estavam excluídos, sem direito a cidadania plena, da educação formal.

Nesse trecho do artigo podemos apreender que Vicente ironiza o suposto compromisso de Ramiz Galvão com a causa republicana. Quem era ele para falar como se um republicano de fato fosse? O homem que se ocupou de zelar pela educação dos futuros imperadores realmente possuía, de uma hora para outra, ideais republicanos? Esse homem, que prestou seus fiéis serviços à monarquia, que passou sua vida assistindo a decadência da instituição primária do império e nunca tomou nenhuma iniciativa para a melhoria e expansão da Instrução pública, que nunca teria se ocupado de lutar pela causa da instrução pública durante o império, que nunca buscou intervir para melhorar essa condição e, de certa forma, compactuou com a

exclusão do povo do processo educacional e com todo atraso e desgraças deixados pelo império, tinha competência moral para dirigir importante função relacionada à instrução pública republicana? Que moral teria Ramiz para se apossar de ideais republicanos, amplamente debatidos, difundidos entre seus defensores históricos como se um deles fosse? Nesse artigo fica evidente o descontentamento de Vicente de Souza ao perceber que Ramiz incorporou na sua fala ideais republicanos para a educação, muitos difundidos nos resultados das comissões criadas em dezembro de 1889, como por exemplo: a criação de fundo escolar composto por recursos do tesouro público e financiamento de fortunas particulares, ampliação do número de escolas. Ramiz, em seu discurso que, em parte, é transcrito por Vicente de Souza nesse artigo, fala de forma contundente sobre os novos rumos, nova direção que a educação brasileira deveria seguir, saindo da abjeção em que se encontrava.

Segundo Vicente de Souza, Ramiz foi fiel à monarquia até o último segundo de sua existência. Desse modo, como poderia verdadeiramente ser adepto das ideias republicanas, dos ideais de liberdade e democracia? Como poderia incorporar um verdadeiro republicano, a ponto de criticar de forma cínica a obra nefasta do império brasileiro na educação se dela fez parte de forma ativa, enquanto preceptor dos futuros imperadores? Para Vicente esses discursos não seriam frutos de convicção formada ao longo dos anos e sim de uma adequação oportunista para que Ramiz pudesse continuar ocupando espaço formais de poder, inclusive através de cargos de confiança, no novo regime político. Vicente afirma:⁷

(...) E sim o temor fundado de ver os incapazes de defender uma crença, os indiferentes aos interesses da comunhão, os especuladores das posições altas e rendosas, os ambiciosos vulgaríssimos, os adherentes de todos os feitos, de todas as estaturas, de todas as formas, os có-reus da obra nefanda, os colaboradores da corrupção e da degradação do espírito brasileiro assumirem como estão fazendo influência dos altos postos, se utilizarem deles para continuar na república, sob a luz da liberdade que eles evitavam como reprobos tudo quando o imperio lhes permitiu e nelles condensou. (DEMOCRACIA, 04 de março de 1890. página 1)

Em outros artigos publicados por Vicente de Souza seu descontentamento com os caminhos que a instrução pública vinha tomando, fica evidente. Vicente usava as páginas do periódico

⁷ Ver editorial Na Luta (Democracia, 04 de março de 1890. p. 1)

para fazer uma série de denúncias inerentes ao campo educacional. Cobrava soluções de problemas, segundo ele, causados pelo império decadente, como as precárias condições dos espaços escolares, na maior parte das vezes improvisados em espaços privados, a falta de efetiva fiscalização das condições sanitárias e estruturais das escolas, a necessidade de ampliação da rede escolar, dentre outras questões.⁸ Em um desses artigos, datado do dia 14 de junho de 1890, Vicente aponta a permanência de graves problemas no campo educacional durante o governo provisório da República:

(...) E, quando se diz que ha um inspector geral da instrucção primaria e secundária, um delegado parochial em casa freguezia!

E quando, como nos tempos ominosos do império nos assoberba o papelorio transtmitido pelos *canaes competentes!*...

E agora, como dantes, é preciso que os paes, como no caso actual, venham perder-nos que enviemos reclamações a quem deve cuidar desses assumptos, que, com certeza, não incubem aos atacados de opposicionismo.

E, já que nos occupamos de negocios da instrucção, com todo o timido respeito com que se falla aos homens competentissimos e senhores das posições, perguntamos ao illustrado Sr Dr director da escola normal, si de accordo com o regumaneto feito por S. Ex.m, não é livre o ensino?

E, sendo livre o ensino, porque S. Ex. impõe faltas e notas más em applicação e em comportamento as alumnas que se não mostram preparadas nas lições, ou não comparecem às aulas?

Será necessário todo esse rigor, toda a imperiosa autoridade de S. Ex. para que comprehendamos que na Republica o respeito à autoridade e à lei é o fundamento da ordem social?

Talvez S. Ex. assim proceda para demonstrar todo o seu zelo pelos principios republicanos, professorados com todo o ardor; porque S. Ex. é um daquelles cidadãos que em principios políticos nunca foi... sinão... republicano, como é firmissimo democrata o nobilissimo barão de Ramiz... (DEMOCRACIA, 14 de julho de 1890, p.2)

O trecho acima faz parte de um artigo publicado por Vicente de Souza com o título “Instrução Pública”. Nele, Vicente discorre sobre uma denúncia que recebeu dos leitores a respeito do andamento de uma obra, sem fiscalização, em uma escola privada. Tal escola, já funcionava de

⁸ Ver “Democracia”, edições: 07 de junho de 1890 p. 1; 21 de maio de 1890, p.1; 03 de junho de 1890, p. 1

forma precária, não atendendo as condições sanitárias básicas. Desse modo Vicente questiona a não eficiência dos órgãos fiscalizadores que permitia o funcionamento de uma escola, em condições de funcionamento extremamente precárias, que colocava em risco a vida dos alunos e prejudicava a aprendizagem escolar. Como era possível essa escola funcionar sem ser perturbada pelos órgãos fiscalizadores? Quando a escola, finalmente, resolveu fazer as obras necessárias para reparar os danos na estrutura física, o fez, segundo Vicente, sem o cuidado para preservação das vidas que ocupavam aquele espaço e para a manutenção das condições de aprendizagem mínimas. Relata uma obra feita sem a devida autorização e fiscalização dos órgãos competentes, com demolições de paredes, incluindo a da sala dos professores, demolição da escada do prédio, sendo substituída por uma outra provisória, precariamente. Todas essas condições colocam em risco a vida das crianças que transitavam em meio a obra tendo em vista que as aulas não foram suspensas. Desse modo Vicente questiona o que estariam fazendo o inspector geral da instrução pública e o delegado paroquial daquela freguesia que não estariam fiscalizando o ocorrido? Realmente estariam esses sujeitos exercendo o seu trabalho com competência? Vicente de Souza externa que não e pontua que, assim como nos tempos do império onde os responsáveis precisavam recorrer a imprensa para reclamar suas demandas a respeito da instrução pública, ele estava ocorrendo agora na república. Seria porque um dos chefes trazia sua “competente” experiência em educação popular para a república? Ironiza Vicente de Souza. O fato é que mais uma vez ele externa sua desconfiança em relação a competência de Ramiz Galvão, pontuando que a ordem das coisas como estavam era consequência do falso apreço do atual inspector pela causa republicana e democrática. Desse modo não poderia exercer com notabilidade técnica a função de inspetor geral da instrução primária e secundária.

2.3 A Reforma de novembro de 1890 (Reforma Benjamin Constant) - breve desideratum

Apesar das veementes críticas proferidas por Vicente de Souza a Ramiz Galvão ocupando o cargo de Inspector Geral da instrução primária e secundária, o fato é que o mesmo permaneceu no cargo participando de forma ativa da primeira reforma da instrução pública da república, conhecida como Reforma Benjamin Constant, promulgada em 8 de novembro de 1890, decreto nº 981.

A Reforma Benjamin Constant estabeleceu a instrução primária livre, gratuita e leiga fornecido em escolas públicas de duas categorias: as de primeiro grau, para crianças de 7 a 13 anos é dividido em três cursos (elementar, médio e superior) e as de segundo grau, para alunos de 13 a 15 anos, desde que fornecido o certificado de estudos do grau precedente. Em todos os cursos será empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar.

Para o exercício do magistério público primário, os professores deverão ser formados pelas escolas normais. Para tal, o governo manterá na Capital Federal uma ou mais escolas normais, conforme as necessidades do ensino, e cada uma terá uma escola primária no seu anexo, para o melhor preparo dos seus alunos, através de estágios práticos. Para a matrícula na Escola Normal será exigido o certificado de estudos primários do 1º grau. Nesse sentido, a reforma contempla uma das pautas de Vicente de Souza no que diz respeito a formação das professoras que exerciam o magistério primário, muitas vezes, sendo formadas em condições dúbidas pelas escolas religiosas como já demonstrado no transcorrer do presente capítulo.

O nível secundário foi o mais atingido, e o Ginásio Nacional – até 1889 Imperial Colégio de Pedro II, – foi o mais afetado pelas alterações previstas pelo novo arranjo. Durante o Império, qualquer estudante que pretendesse o certificado de conclusão do ensino secundário, condição necessária ao ingresso no ensino superior, deveria requerê-lo ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Restavam às províncias os exames parcelados preparatórios, que eram feitos em geral nas próprias faculdades de ensino superior. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891, a reforma estabeleceu o Ginásio Nacional como modelo e padrão do ensino secundário a ser ministrado em todo o país e instituiu a obrigatoriedade dos exames de madureza, que ofereceram aos alunos o certificado de conclusão do ensino secundário, permitindo-lhes o acesso ao ensino superior.

Segundo o decreto, quando qualquer um dos estados brasileiros tiver organizado estabelecimentos de ensino secundário integral, segundo o plano do Ginásio nacional, seus exames de madureza teriam validade para fornecer o direito à matrícula nos cursos superiores. A reforma é lembrada também por ter estabelecido o processo educativo sob o modelo seriado e por ter ampliado o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo. A reforma propiciou a substituição do ensino acadêmico por um conjunto mais amplo de ensinamentos, com a inclusão de disciplinas científicas, rompendo drasticamente com a tradição do currículo clássico jesuítico.

No que diz respeito ao espaço escolar, demanda defendida por Vicente de Souza, para o sucesso da educação republicana, a reforma prevê a construção de novas edificações estrategicamente pensadas para ser um espaço de aprendizagem, com salas de aula, biblioteca, um museu escolar (de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos), pátio para jogos e recreio, ginásio para exercícios físicos, além de um jardim preparado seguindo preceitos pedagógicos.

Em um dos últimos artigos escritos por Vicente de Souza no *Democracia* no ano de 1890, no dia 20 de novembro, dias após a Reforma Benjamin Constant ser aprovada, identificamos o movimento de Vicente de Souza de reivindicação a respeito do seu cargo de lente de Latim no *Gymnasio Nacional*. Como pontuamos anteriormente, a reforma promoveu mudanças significativas no ensino secundário, sobretudo no colégio onde Vicente de Souza trabalhava. A reforma contém um capítulo específico tratando somente das questões inerentes ao *Gymnasio Nacional*⁹. Nela, algumas “cadeiras” foram excluídas em detrimento da criação de novas, ou seja, o currículo passou por mudanças que, pelos escritos de Vicente de Souza, promoveram alterações, mesmo que temporárias, no seu cargo duramente conquistado através de um concurso público ainda nos tempos do Império.

Em seu artigo no “*Democracia*”, que inclusive foi enviado por Vicente de Souza para ser publicado no *Gazeta de Notícias*, do dia 21 de novembro de 1890, ele, duramente, critica o que chama de “vingança fria e calculista” do presidente do governo provisório a um crítico que nada mais fez do que apontar as direções erradas tomadas pelo governo que colocam em xeque

⁹ Ver decreto n. 891 de 8 de novembro de 1890.

o sucesso da “revolução de 15 de novembro”. Segundo Vicente de Souza, essa retaliação estava sendo realizada através da retirada da sua “cadeira” como lente do Gymnasio Nacional.

Vicente de Souza pontua que, após a reforma, alguns colegas que teriam direitos iguais aos dele, inclusive tendo menos tempo de serviços prestados no Gymnasio Nacional, foram deslocados para outras cadeiras que foram criadas pela reforma e que, somente ele, não foi alocado para nenhuma dessas novas cadeiras criadas, ao mesmo tempo que teria sido comunicado de que foi retirado da cadeira que ocupava. Logo, ele entende essa ação governamental como uma retaliação pessoal contra ele, como uma condenação pelo fato dele, através do “Democracia”, tecer veementes críticas ao governo. Nesse sentido, ele afirma:

(...) Todos esses emeritos collegas foram proviflloa, uns nas cadeiras que eram substitutos, outros, extinctas as suas, foram providos em cadeiras creadas pelas reformas.

So eu; unicamente eu fui condenado!

Tenho por mim oito anos de serviços gratuitos a instrução publica em antiga escola normal, no Lyceu de Artes e Officios, no curso nocturno gratuito para o sexo feminino, instituto a que dei esforços e dedicação até o sacrificio

Substituo efetivo de latim, examinador official de diversas disciplinas, eu prestei nestes cargos os serviços que elles exigiam, elogiado e acceito por inspectores geraes e pelos reitores e collegas do Instituto.

(DEMOCRACIA, 20 de novembro de 1890, p.1)

Vicente de Souza, elenca parte de sua trajetória profissional no campo educacional, como os longos anos de serviços prestados à instrução pública no Lyceu de Artes e Officio, remontando aos tempos do império, para indicar e reforçar sua competência técnica e moral para ocupar o cargo de lente. Portanto, não haveria outra razão, senão a de cunho pessoal e retaliação política, para o tratamento diferenciado que ele estava recebendo. Qual poderia ser a razão diante desses serviços prestados à instrução pública para que somente ele ficasse sem uma cadeira para lecionar após as reformas no ginásio nacional?

Neste mesmo artigo, Vicente reforça sua condição moral, colocando-se como um homem de caráter, que não se curvou às tentações do poder e não abriu mão das suas convicções, dos seus princípios, em tempo algum, inclusive durante o Império. Defendia com ênfase, coragem e

espírito patriótico a abolição, o fim da monarquia e o advento da República e que, em razão das suas posições, sofreu dificuldades no campo profissional. Vicente de Souza, segue argumentando que não esperava que o mesmo ocorresse na República, e ainda de forma mais abrupta. Quem nem em tempos imperiais, o imperador teria promovido uma perseguição de forma tão escancarada como a que ele estava sofrendo agora na República.

Vicente de Souza segue pontuando no seu artigo que ele continuava agindo com sua consciência e que, justamente por isso, havia fundado o presente órgão de orientação república com o objetivo de demonstrar que, os efeitos da patriota revolução de 15 de novembro estava sendo fraudados. Ele entende que o que fizeram a ele no Gymnasio Nacional, é uma retaliação do presidente Deodoro a esses artigos. Nesse sentido, diz:

Tanto bastou para que o chefe do governo revolucionário aguardasse friamente o dia sa vingança e a exercesse sobre mim; esperando reduzir-me a fome.

Pedro de Alcantara jamais a fez tão abertamente.

Enganou-se.

Sou chefe de familia, e familia numerosa; ella porem, julgar-me-hia indigno do seu amor e do seu respeito se me visse rastejando nas escadas do palacete das secretarias, para pesir o pão que deveria alimentar-a.

Não, Sr generalissimo Marechal Deodoro da Fonseca, V. Ex não me vencerá por este meio.

Eu ponho a consciencia e o cerebro acima da algibeira e do estomago.

(DEMOCRACIA, 20 de novembro de 1890, p.1)

O trecho acima indica que o salário de Vicente de Souza, como professor no Gymnasio Nacional, parece ser sua principal fonte de renda. Desse modo, segundo ele, há uma tentativa de o asfixiar financeiramente, para quem saiba calar mais uma voz crítica ao governo. No entanto, ele enfatiza que o plano não será bem-sucedido. Ele não irá retroceder, não irá desistir de fazer o que ele considera correto, inclusive mostrando os erros do governo que estariam destruindo a concepção de república defendida pelos republicanos históricos. Portanto, ele seguiria firme no seu propósito, na defesa dos seus ideais e continuaria ocupando a cadeira de Latim que ele arduamente conquistou.

(...) Estou condenado, sou um dos perseguidos durante toda a vida de V. ex., estou, pois, resignado.

E, cumpre recordar a V. Ex. ; eu ainda sou substituto efectivo da cadeira de Latim do
Gymnasio Nacional

Aqui estou e aqui fico até que....

(DEMOCRACIA, 20 de novembro de 1890, p.1)

Considerações Finais

Agora que terminamos a análise sobre a o campo da instrução pública no primeiro ano da República, a partir das concepções de Vicente de Souza sobre República, Democracia, seus espaços percorridos e as disputas que estavam em curso, conseguimos apreender indícios que explicam as escolhas possíveis de Vicente de Souza para colocar em pauta seus ideais de liberdade, democracia e república, para a construção de uma nova sociedade brasileira, com uma mentalidade voltada para o progresso, prosperidade da nação que estava mergulhada na herança maldita de corrupção, analfabetismo, exclusão social promovidos pelo império decadente.

Vicente de Souza entendia que a República só poderia ser bem-sucedida na tarefa de findar com os males deixados pelo império, através de uma cisão radical, de uma revolução das estruturas políticas e econômicas. Na sua concepção, o consenso, os acordos, a permanência de estruturas do poder imperial e de sujeitos ocupando cargos políticos na república traçam um caminho para a desestruturação de todo um ideal republicano. E, é nesse contexto de perceber a manutenção dessas estruturas, que teve seu ápice na nomeação do preceptor dos príncipes imperiais como inspetor da instrução pública, que Vicente de Souza funda o “Democracia”, com o objetivo de ser mais uma voz veemente, alertando e pautando as demandas do novo regime. Concomitantemente, ele segue exercendo seu cargo de professor no Gymnasio Nacional à medida que também mantém, desde os tempos do império, suas relações com organizações de trabalhadores livres, que dariam origem nos pós-proclamação, aos centros de classes operárias.

Vicente de Souza como um professor, médico republicano, democrata e socialista do seu tempo buscou, incansavelmente, através das suas diferentes frentes de atuação, o fim dos privilégios, das desigualdades sociais, contribuindo para mudar o curso de desordem deixado pela família imperial portuguesa. Se mostrava um homem comprometido com seus ideais revolucionários. Por isso entendia a conciliação com aqueles que se tornaram republicanos de última hora como sinônimo de permanência de toda herança de privilégios e corrupções desde os tempos da colônia brasileira.

Há indícios de que o Democracia circulou apenas até o início de 1891, mas Vicente de Souza continuou sua trajetória de luta no campo da instrução pública como professor e ao assumir um cargo no Diário Oficial no governo de Floriano Peixoto. Neste cargo realizou visitas ao exterior em prol da contribuição para a instrução pública, produzindo relatórios os quais não efetuamos análise por não contemplar o recorte temporal do presente trabalho. No entanto, achamos importante salientar essa trajetória para evidenciar o caráter de múltiplas frentes de atuação que sempre norteou as ações de Vicente de Souza durante sua vida. Nesse mesmo período Vicente de Souza foi eleito para o Senado, não podendo tomar posse em função da ocupação do cargo no Diário Oficial. Após essa decepção, encontramos indícios nos periódicos Gazeta de Notícias, de que Vicente dedicou-se fortemente às associações operárias e ao exercício do magistério. Não há indícios de uma nova tentativa de ocupar um cargo eletivo ou outros cargos políticos. Vicente de Souza dedica seus últimos dias de vida ao movimento operário e ao exercício do magistério até sua morte em 1908 em razão de um câncer na garganta.

O temor que Vicente de Souza manifestava em seus artigos em 1890, a respeito da permanência de estruturas e privilégios no campo da educação oriundos do regime imperial, segundo a produção campo da história, permeou os primeiros conturbados anos de formação republicana e evidencia-se, no transcorrer da solidificação da república, através da permanência dos velhos traços de privilégios das classes sociais, da lenta inserção da população pobre, que no contexto da Primeira República a maior parte era descendente de escravos, na conquista da cidadania. A historiografia mostra que, de certa forma, aconteceu o que Vicente de Souza temia, a conciliação com estruturas de poder consolidadas pela colônia e o império. Desse modo, há uma nova roupagem, mas os problemas estruturais que Vicente de Souza veementemente apontava, como exclusão social, desigualdade, baixo acesso a escolarização, permaneceram.

REFERÊNCIAS

FONTES

Periódicos

Democracia (1890)

Gazeta de Notícias (1889-1890)

O Paiz (1889)

Correio da Manhã (1908)

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes – o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos**, 85, novembro, 2009.

ANDRADE, Débora El-Jaick. A imprensa como0 tribuna dos intelectuais no século XIX: o Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais. In: ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flávia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna. **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 480-496.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi** - 4 ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre a história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez., 2007.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil** - 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha . Imprensa Educacional e História da Educação: discursos, saberes, modelos e práticas. In: Ana Waleska Pollo Mendonça. (Org.). **História e Educação: dialogando com as fontes.** 1ed. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010, v. 1, p. 101-116.

GOMES, Angela de Castro. A escola Republicana: entre luzes e sombras. In: **A República no Brasil.** Nova Fronteira, 2002.

GOMES, Edgar da Silva. A separação Estado-Igreja no Brasil. **Revista Cultura Teológica** 65 - v. 15 - n.58 - jan/mar 2007.

MARQUES, Jucinato de Sequeira. **O fio e os rastros da escolarização do Distrito Federal (1890-1906).** Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, UFRJ, 2015.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. A república e o sonho. **Revista Varia História** 27 (45). Belo Horizonte, 2011.

MONTILHA, Thiago Roza Ialdo. Os profissionais da política republicana segundo Olavo Bilac (1897-1908). In: ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flávia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna. **Os intelectuais e a imprensa.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo.** 1ed. São Paulo: Contexto, 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, IFCH, 2014.

_____. Vicente de Souza: Intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 66, p. 267-286, jan.- abr., 2019

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Manad, 1999.

SOUZA, Vicente de. **O Império e a escravidão; o Parlamento e a pena de morte**. Tipografia de Molarinho & Montalverne, 1879

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015